

DISPENSA Nº 015/2026

INTENÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 75, INC II, §3º LF 14133/2021

O DAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DE JOÃO MONLEVADE, Autarquia Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº **17.058.108/0001-38**, torna público, para conhecimento dos interessados, por intermédio do Setor de Suprimentos, através de seus Agentes de Contratações, nomeados pelas Portarias nº 25/2025 e 26/2025, baseado no inciso II e §3º do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021¹, **a intenção de recebimento de propostas adicionais para a dispensa de licitação**, conforme descrição abaixo e termo de referência:

OBJETO: Aquisição e fornecimento de 670 kit lanches, tipo misto frio (pão francês, com uma fatia de muçarela e uma fatia de presunto, embalagem individual, acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente e refrigerante, em embalagem de 200 ml e gelados) para distribuição na ocasião do evento em comemoração ao Dia Mundial da Água. Produtos para distribuição gratuita aos alunos e organizadores.

DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS: 03/03/2026 até as 23:59 HORAS

ENVIO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS

As propostas serão enviadas exclusivamente para o e-mail: propostas@daejoaomonlevade.com.br com o assunto: **PROPOSTA DISPENSA Nº 015/2026**.

João Monlevade, 25 de fevereiro de 2026.

EDER LÚCIO ROCHA

FERNANDA DE OLIVEIRA CÉZAR

Agentes de Contratações

¹ Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

TERMO DE REFERÊNCIA**DISPENSA Nº 015/2026**

01- OBJETO: Aquisição e fornecimento de 670 kit lanches, tipo misto frio (pão francês, com uma fatia de muçarela e uma fatia de presunto, embalagem individual, acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente e refrigerante, em embalagem de 200 ml e **gelados**) para distribuição na ocasião do evento em comemoração ao Dia Mundial da Água. Produtos para distribuição gratuita aos alunos e organizadores.

02- FUNDAMENTAÇÃO: A contratação, objeto deste termo de referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06.

03- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Com o objetivo de realizar ações concretas, alusivas ao Dia Mundial da Água, o DAE (Departamento de Águas e Esgotos), juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação de João Monlevade, vem propor um trabalho voltado para a conscientização, destacando a importância da preservação dos recursos hídricos naturais, especialmente a água.

A programação deste ano consistirá em atividades práticas e educativas, envolvendo visita à ETA Estação de Tratamento de Águas e Esgotos e Stand do DAE. Na chegada da ETA, os alunos serão recebidos com atividades de integração (danças, gincanas e brincadeiras) e lanches.

01 - DESCRIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DE VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO <i>Máximo aceitável</i>	VALOR TOTAL ESTIMADO <i>Máximo aceitável</i>
1	KIT LANCHE, TIPO MISTO FRIO (PÃO FRANCÊS, COM UMA FATIA DE MUÇARELA E UMA FATIA DE PRESUNTO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO, RESISTENTE E TRANSPARENTE), E REFRIGERANTES, EM EMBALAGEM DE 200 ML E GELADOS . (MARCAS DE REFERÊNCIA: CACULINHA, GUARANÁ, COCA COLA, FANTA, OU DEMAIS MARCAS DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR).	UND	670	R\$ 6,70	R\$ 4.489,00

Os 670 Kit lanches deverão ser entregues na ETA de acordo com o cronograma abaixo:

Local de Entrega: ETA – Rua Pacas, s/nº - Localidade de Pacas – João Monlevade – MG

1º Dia - 16/03/ - Horário: 9h - Entrega de 102 (Cento e dois) lanches.

1º Dia - 16/03/ - Horário: 15h - Entrega de 60 (Sessenta) lanches.

2º Dia - 17/03/ - Horário: 9h - Entrega de 64 (Sessenta e quatro) lanches.

2º Dia - 17/03/ - Horário: 15h - Entrega de 60 (Sessenta) lanches.

3º Dia - 18/03/ - Horário: 9h - Entrega de 68 (Sessenta e oito) lanches.

3º Dia - 18/03/ - Horário: 15h - Entrega de 60 (Sessenta) lanches.

4º Dia - 19/03/ - Horário: 9h - Entrega de 68 (Sessenta e oito) lanches.

4º Dia - 19/03/ - Horário: 15h - Entrega de 60 (Sessenta) lanches.

5º Dia - 20/03/ - Horário: 9h - Entrega de 68 (Sessenta e oito) lanches.

5º Dia - 20/03/ - Horário: 15h - Entrega de 60 (Sessenta) lanches.

TOTAL: 670 (Seiscentos e setenta lanches embalados individualmente e os refrigerantes gelados.)

OBS: Os lanches deverão ser entregues na ETA separados por nome e quantidades para cada escola e para o DAE. O cronograma será enviado ao fornecedor com todas as informações do dia..

4.1- Valor estimado para contratação: **R\$ 4.489,00(Quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**

5 - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO: O fornecedor deverá cumprir algumas responsabilidades básicas, tais como: **Entrega pontual, qualidade dos produtos, quantidade correta, embalagem adequada, os refrigerantes gelados e comunicação eficaz com o cliente, informando sobre o status da entrega e resolvendo quaisquer problemas ou preocupações que surjam durante o processo de entrega.**

6 - DA FORMA DE ENTREGA:

6.1 – Os lanches deverão ser entregues na ETA separados por nome e quantidades para cada escola e para o DAE, de acordo com o cronograma acima a ser enviado ao fornecedor com todas as informações do dia.

6.2. A entrega deverá ser cumprida rigorosamente e de acordo com a programação feita pelo DAE.

6.2.1 – O DAE reserva-se o direito de não receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

6.4. É ressalvado ao DAE a recusa ao recebimento do(s) material(is), referente a cada item(ns), se este não estiver dentro das especificações exigidas na licitação, bem como pela não observância, por parte do fornecedor, do aludido neste instrumento.

6.5. O descumprimento quanto ao prazo e quantidade acarretará as penalidades previstas no **Item 15** desse Termo de Referência.

6.6 - Verificada a ocorrência de irregularidade na entrega dos produtos, o serviço de fiscalização comunicará imediatamente, por escrito, ao Setor de Suprimentos, que encaminhará para providências legais cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades, quando for o caso.

6.7 – O fornecedor é responsável pelos danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

07 - OBRIGAÇÕES

7.1 - Obrigações da contratada

a) Responsabilizar-se unicamente, integralmente e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à ao Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade ou a terceiros, provenientes do fornecimento (ou da prestação dos serviços,

quando for o caso), respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do licitante.

b) Fornecer e executar o objeto do presente termo, rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este termo.

c) Manter, durante a futura e eventual execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

d) Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da contratante à futura execução contratual do objeto em questão.

e) Cientificar, imediatamente, à fiscalização da contratante a qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

f) Corrigir prontamente quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do Município.

g) Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização.

7.2 - Obrigações do DAE:

a) comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução da entrega da mercadoria prestados por escrito;

b) fiscalizar a entrega da mercadoria, informando ao CONTRATADA para fins de supervisão;

c) assegurar ao pessoal da CONTRATADA o livre acesso às instalações para a plena execução na da entrega da mercadoria;

d) efetuar o pagamento no prazo contratado;

08 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 - A aquisição do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 - As aquisições serão executadas conforme prescrito nos requisitos da contratação deste projeto básico ou termo de referência.

8.1.2 -A aquisições serão iniciadas após a emissão da autorização de fornecimento, cujas etapas observarão seguir o cronograma estabelecido pela administração.

09 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (QUANDO FOR O CASO)

Não se aplica.

10 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

10.1 - A avaliação da execução do objeto será realizada por Servidor designado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá- los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias do mês subsequente a prestação da entrega do item, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

10.3 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal (is) / fatura(s), o prazo de pagamento será

contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

10.4 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

10.5 - Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

10.6 - Administração reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

11 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - HABILITAÇÃO

11.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor², devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.1.5 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

OBS: A COMPROVAÇÃO de microempresa e empresa de pequeno porte nos termos do que dispõe o artigo 48 inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverá ser:

a - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

b - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

² NOTA EXPLICATIVA: O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

11.2 - HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

11.2.1 – Comprovante de inscrição no CNPJ

11.2.2 – Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

11.2.3 – Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);

- 11.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 11.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 11.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

11.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

11.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta dispensa, admitindo-se certidões digitais.

11.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.4.1 – Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 da Lei 14.333/21](#)³;

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa decorrente desta aquisição está estimada em **R\$ 4.489,00 (Quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)** e correrá pelas seguintes

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 03.001.003.175121702 1.028 - Manutenção de Ações de Preservação Ambiental (Material de Consumo) - Ficha: 600 – Fonte Recurso 1753

13 - SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

13.1 - Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei n.º 14.133/21 e demais legislações específicas, com destaque:

³ Art. 88. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos nesta Lei.

(...)

§ 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

13.2 - Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

13.3 - Emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (eficiência econômica, sustentabilidade social).

13.4 - Redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;

13.5 - Utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;

13.6 - Utilização de produtos atóxicos ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade;

13.7 - Observação das normas do INMETRO e da ISO 14.000;

13.8 - Utilizar materiais novos, comprovadamente de qualidade satisfazendo rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais consagradas, na falta de regulamentação pela ABNT.

14 - SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 - É expressamente proibida a subcontratação do objeto da presente licitação.

15 – INFRAÇÕES E SANÇÕES:

15.1 – O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c – dar causa à inexecução total do contrato;
- d – deixar de entregar a documentação exigida para contratação;
- e – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i – fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l – praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a – advertência;
- b – multa;
- c – impedimento de licitar e contratar;
- d – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16 – CONDIÇÕES GERAIS

16.1 - A Contratada deverá ter pleno conhecimento das exigências de qualidade dos serviços a serem prestados, estabelecidos neste Termo de Referência, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade e afins;

16.2 - Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

16.3 - Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência;

16.4 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser da mesma empresa que efetivamente vai fornecer os objetos da presente contratação;

16.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Termo de Referência.

16.6 - Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente. Exceto as prerrogativas do Art. 43 da LC 123/06.

16.7 - Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo de Referência, o contratante considerará o proponente inabilitado.

16.8 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

João Monlevade, 24 de fevereiro de 2026.

Jaqueline Aparecida Gomes
Chefe da Divisão Administrativa